

editorial

Há cerca de dois anos a Associação Portuguesa de Engenharia de Estruturas, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e as Ordens dos Engenheiros e dos Arquitectos organizaram um grande evento técnico e científico denominado **reabilitar2010** – Encontro Nacional sobre Conservação e Reabilitação de Estruturas (<http://reabilitar2010.lnec.pt>), que teve lugar no LNEC. Nesse evento, que incluiu nomeadamente a reabilitação sísmica das construções, foram abordadas e debatidas as principais problemáticas relativas às actividades de conservação e reabilitação de estruturas, contribuindo para o seu desenvolvimento em Portugal.

No passado mês de Setembro (ver pág. 72) realizou-se em Lisboa, e pela primeira vez em Portugal, a **15WCEE** – 15ª Conferência Mundial de Engenharia Sísmica (www.15wcee.org), cuja organização foi da responsabilidade da Sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica (SPES), sediada desde a sua constituição no departamento de estruturas do LNEC.

Para avaliar a importância deste evento, que se repete a nível mundial de quatro em quatro anos (o último decorreu em 2008 em Pequim), basta referir a presença de mais de 3200 delegados, oriundos de cerca de 80 países. Portugal fez-se representar por um total de 140 delegados, constituindo a quinta maior delegação do evento. É de realçar a elevada afluência verificada, que se traduziu numa presença diária de mais de 2500 delegados. De entre as várias iniciativas conduzidas em paralelo, destaca-se o “Blind Test Challenge”, reunindo um elevado número de equipas e de investigadores na previsão dos resultados de um ensaio especial, realizado para o efeito na plataforma sísmica tri-axial do LNEC. Lisboa foi sem dúvida, durante os dias 24 a 28 de setembro, a Capital Mundial da Engenharia Sísmica.

No entanto, estes e outros congressos, que absorvem de modo intenso a atenção e o esforço das comunidades científica e técnica portuguesas e internacionais, não tiveram mais uma vez qualquer reflexo significativo na atenção da população portuguesa para uma temática que, por razões de evidência histórica, a deveria necessariamente interessar.

Esta relativa desatenção que se verifica no nosso País, contrariamente aos seus congéneres europeus, torna-se ainda menos compreensível face à perigosidade sísmica que afecta largas áreas do nosso território, e, em particular, a extensa área metropolitana de Lisboa. De facto, os sismos constituem um dos desastres naturais que maior impacto podem ter nas sociedades, não só pela perda de vidas humanas que originam, mas também pelas suas terríveis consequências a nível económico e social.

Mais uma vez se recorda que em Portugal, face a um sismo intenso, não só se deve temer a ocorrência de elevados danos no parque habitacional, principal património de grande número das famílias portuguesas, como também se deve recear a destruição total ou, pelo menos, parcial de elevado número de escolas, hospitais, edifícios públicos, instalações fabris, etc., com o conseqüente risco de elevadas perdas em vidas humanas e de enorme desorganização e acentuado empobrecimento da sociedade portuguesa.

Trata-se, portanto, de um risco potencial elevado, para o qual não existe uma adequada percepção política e social, em resultado da baixa ocorrência histórica de sismos de grande intensidade, temporalmente afastados entre si, por vezes, mais de 250 anos. Mas a verdade é que o País pode, a qualquer momento, voltar a ser atingido por um sismo de grande magnitude e enorme capacidade de destruição.

A grave conjuntura económica e social vivida em Portugal, nos últimos quatro anos, torna ainda mais difícil a tomada urgente de políticas que possam minorar as consequências de um sismo intenso. Tal poderá eventualmente explicar o reduzido impacto sentido na nossa sociedade dos importantes estudos desenvolvidos e de congressos como os acima referidos. O que não diminui, no entanto, a enorme responsabilidade de todas as entidades portuguesas com possibilidade de intervenção nesta área, face às terríveis consequências esperadas de um fenómeno desta natureza.

João Almeida Fernandes

Diretor da rpee